

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Negociações Internacionais.

Período de Análise: 01/11/2016 a 30/11/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da ABAG
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice:

Blairo Maggi participa de reunião do Conselho Agropecuário do Sul. Site do MAPA, 01/11/2016.	3
Brasil e Suécia debatem informação ambiental. Waleska Barbosa. Site do MMA, 03/11/2016.	3
Experiência do Incra em governança da terra é apresentada em congresso na Espanha. Site do INCRA, 03/11/2016.	5
Conselho Agropecuário do Sul pede à FAO para ser ouvido em recomendações sobre a agropecuária. Site do MAPA, 04/11/2016.	6
Maior empresa de agronegócio da Argélia quer investir no Brasil. Site do MAPA, 08/11/2016.	7
COP 22: Trump não pode impedir aplicação do acordo do clima, diz ministra francesa. O Globo, 09/11/2016.	8
BRF, JBS e Aurora negociam compra de milho dos EUA. Luiz Henrique Mendes. Valor Econômico, 10/11/2016.	9
Ameaça protecionista de Trump preocupa, mas cenário é incerto. Fernando Lopes, Cleyton Vilarino e Luiz Henrique Mendes. Valor Econômico, 10/11/2016.	10
Mapa debate transparência no diálogo com interlocutores internacionais da agropecuária. Site do MAPA, 11/11/2016.	12
Brasil busca acelerar negociações climáticas. Lucas Tolentino. Site do MMA, 11/11/2016.	12
Propostas para negociações agrícolas na OMC. Site da ABAG, 11/11/2016.	14
Brasil na Plataforma para o Biofuturo da COP 22. Site do MMA, 14/11/2016.	15
Trump busca alternativas para acelerar saída do Acordo de Paris. O Globo, 14/11/2016.	15
Presidente da França pede que Trump respeite o Acordo de Paris. O Globo, 15/11/2016.	17
CNA acompanha negociações do clima na COP-22. Site do CNA, 16/11/2016.	18
Brasil teve reconhecimento em conferência e avança em novas ações de preservação. Site do MAPA, 18/11/2016.	19
Acordo com UE daria renda extra de R\$ 50 bi para agricultura do Mercosul. Jamil Chade. O Estado de São Paulo, 30/11/2016.	20

Blairo Maggi participa de reunião do Conselho Agropecuário do Sul. Site do MAPA, 01/11/2016.

Encontro no Paraguai vai discutir temas como a situação sanitária dos países membros

O ministro Blairo Maggi (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) participa na próxima quinta-feira (3), em Assunção, da 32ª Reunião Ordinária do Conselho Agropecuário do Sul (CAS), formado por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Criado em 2003, o conselho alinha políticas públicas do setor agrícola entre os países membros.

A reunião da próxima quinta na capital paraguaia vai discutir agricultura e mudanças climáticas, situação sanitária regional e segurança alimentar. Outro tema é a inserção dos países do CAS no contexto internacional.

Além do ministro, também participam do encontro o secretário de Relações Internacionais do Agronegócio, Odilson Ribeiro e Silva, e o diretor do Departamento de Saúde Animal, Guilherme Marques.

Brasil e Suécia debatem informação ambiental. Waleska Barbosa. Site do MMA, 03/11/2016.

Evento faz parte da cooperação entre os dois países nas áreas de proteção ambiental, mudança do clima e desenvolvimento sustentável.

Sistema de Informação Ambiental é o tema de workshop que acontece entre esta quinta-feira (03/11) e a sexta-feira (04/11) para compartilhar experiências do Brasil e da Suécia na área. A iniciativa acontece no âmbito do memorando de entendimento assinado entre os ministérios do Meio Ambiente dos dois países para cooperação nas áreas de proteção ambiental, mudança do clima e desenvolvimento sustentável.

O evento acontece na sede do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em Brasília, reunindo representantes do governo federal e da indústria.

Na programação serão abordados o acesso a informações ambientais pela sociedade e como produzi-las livres de distorções para uso de indicadores mais próximos da realidade

e que permitam monitoramento, avaliação e aprendizagem a partir do processamento dos dados coletados.

Segundo Sabrina Andrade, gerente de Resíduos Perigosos e diretora-adjunta do Departamento de Ambiente Urbano do MMA, a ideia é ouvir a experiência da Suécia com relação aos sistemas de informações – quem são os atores envolvidos, as principais responsabilidades de cada um deles, como as informações são cadastradas, validadas e como podem ser usadas tanto para a formulação de políticas públicas como pelo cidadão.

DESAFIO

Sabrina revela que o principal desafio para o Brasil é integrar as informações ambientais que hoje são difusas e de competência municipal, estadual e federal. “Queremos aprender com a Suécia, que está em estágio mais avançado com relação a sistemas de informação, mesmo que guardando as devidas proporções, já que se trata de um país menor que o nosso”.

De acordo com Sabrina, a intenção do MMA é integrar as informações pelo próprio Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), no qual existem as competências divididas entre estados, municípios e União. “Cada um tem as suas informações e o seu sistema, o seu banco de dados”, explica.

“Consideramos os sistemas de informação ambiental muito importantes”, diz Ping Hojding, da Agência de Proteção Ambiental (EPA) da Suécia. Para ela, somente quando a população em geral e as partes interessadas tiverem acesso a informações qualificadas e confiáveis, vindas do governo, vão poder se engajar da melhor maneira a fim de viabilizar formas eficazes de proteção ao meio ambiente”.

PROGRAMAÇÃO

O workshop vai abordar as seguintes questões: Gestão pública dos dados e informações ambientais na Suécia; Dados e informações sobre emissões na Suécia; Estratégia para gestão de dados ambientais do Ibama; Registro de Emissões e Transferência de Poluentes; Visão do setor regulado na prestação de dados e informações ambientais; Integração entre os sistemas de saneamento e resíduos; Gestão de resíduos; Indicadores de Qualidade Ambiental; Painel Nacional de Indicadores Ambientais e; Uso de dados e informações ambientais nas operações de fiscalização ambiental do Ibama.

Experiência do Incra em governança da terra é apresentada em congresso na Espanha. Site do INCRA, 03/11/2016.

O diretor Rogério Arantes (centro) destacou a atuação da autarquia para qualificar a gestão do território brasileiro

A atuação do Incra na governança fundiária brasileira foi um dos temas abordados durante o XI Congresso Internacional de Geomática e Ciências da Terra (Topcart 2016), realizado na cidade espanhola de Toledo, entre 26 e 30 de outubro. O diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária da autarquia, Rogério Papalardo Arantes, conduziu a apresentação que levou ao conhecimento de participantes de 20 países as inovações estruturais e técnicas que vêm tornando mais eficiente a gestão de terras no País.

O Congresso, que ocorre a cada quatro anos, aborda os avanços nas áreas de topografia, cartografia e ciências agrárias. A participação do diretor ocorreu durante mesa redonda sobre a Importância do técnico geomático na coordenação institucional: cadastro, registro da propriedade e notariado. Arantes fez um relato das atividades desenvolvidas pelo Incra relacionadas a cadastro rural, regularização fundiária, fiscalização da função social da terra, monitoramento do mercado de terras, titulação, entre outras.

Atualmente, 850 profissionais realizam essas ações no Incra, sendo cerca da metade deles ligada diretamente à geomática, que agrega todos os meios de coleta, análise e gerenciamento de dados espaciais. Integram o setor engenheiros agrônomos, civis e florestais, engenheiros cartógrafos e agrimensores, além de topógrafos. Outros 10,7 mil técnicos são credenciados na autarquia para fazer o georreferenciamento de propriedades rurais.

O trabalho desses profissionais já permitiu, por exemplo, a certificação de 267,5 milhões de hectares, área correspondente a 32% do território nacional. Criada pela Lei 10.267/01 e feita exclusivamente pelo Incra, a certificação garante que os limites de determinado imóvel rural não se sobrepõem a outros e que o georreferenciamento obedeceu às especificações técnicas legais, sendo necessária para qualquer alteração de áreas ou de titulares em cartório, como nos casos de compra, venda, desmembramento ou partilha.

Arantes destacou aos participantes do congresso os esforços para qualificar a gestão do território no Brasil baseados na formação de uma estrutura administrativa abrangendo, além do Incra, a Secretaria da Receita Federal, o Ministério do Meio Ambiente, institutos de terras estaduais, municípios, cartórios de registro de imóveis, entre outros órgãos do

Executivo.

“Além de ampliar o conhecimento do território, permitir a boa gestão dos recursos e garantir a segurança jurídica da propriedade, essa atuação conjunta contribuirá para o desenvolvimento e a aplicação de políticas públicas, a redução de conflitos por terras e o desenvolvimento sustentável”, citou o diretor.

O Brasil, por meio do Incra, é vice-presidente do Comitê Permanente sobre Cadastro na Ibero-América (CPCI) e representante no Mercosul da Rede Interamericana de Cadastro e Registro de Propriedade.

A autarquia lidera a criação de um grupo de trabalho internacional para elaborar capacitação voltada a qualificar os processos de gestão territorial e cadastro nos países ibero-americanos. A iniciativa tem como metas expandir a atuação do CPCI e difundir, entre os países membros, as Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Terra e dos Recursos Pesqueiros e Florestais, adotadas pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Conselho Agropecuário do Sul pede à FAO para ser ouvido em recomendações sobre a agropecuária. Site do MAPA, 04/11/2016.

Documento à agência da ONU foi sugerido pelo ministro Blairo Maggi, durante reunião no Paraguai

O Conselho Agropecuário do Sul (CAS) pretende debater com a FAO – agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para alimentação e agricultura – informações relacionadas à agropecuária antes da divulgação de decisões relacionada ao setor. A posição do CAS, integrado por ministros da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, é uma resposta à recomendação da FAO para redução do consumo de carne bovina para evitar efeitos dos gases lançados na atmosfera pela pecuária. O documento do CAS foi elaborado a pedido do ministro Blairo Maggi (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e será enviado à FAO.

O comunicado à agência da ONU foi aprovado na quinta-feira (3), durante a reunião de ministros. No documento, eles pedem à FAO que considere a importância nutricional da

carne. Destacam ainda que o órgão deve avaliar as novas práticas de criação de gado, desconsideradas nos estudos que o levaram a emitir a recomendação sobre a diminuição do consumo de carne de gado.

Os ministros da região também aprovaram declarações sobre segurança alimentar e uso de biotecnologias na produção de alimentos. Ao final da reunião, o secretário de Relações Internacionais do Agronegócio do Mapa, Odilson Ribeiro, pediu apoio para implementar resolução da Junta Interamericana de Agricultura (JIA) que cria, em articulação com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), um grupo de trabalho para melhorar a capacidade dos países das Américas na avaliação de riscos sanitários e fitossanitários.

Maior empresa de agronegócio da Argélia quer investir no Brasil. Site do MAPA, 08/11/2016.

Grupo pretende abrir indústria de óleo vegetal no Pará e aplicar recursos em infraestrutura
Rebrad (E) anuncia a Blairo intenção da Cevital em negócios no Brasil (Antonio Araujo)

O maior grupo privado da Argélia quer investir no agronegócio e em infraestrutura no Brasil. Em audiência com o ministro Blairo Maggi (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) nesta terça-feira (8), o presidente da Cevital, Issad Rebrad, disse que estuda a instalação de uma indústria de óleos vegetais (soja e palma) no Pará e o aporte de recursos para facilitar a compra de produtos agropecuários brasileiros por aquele mercado. Ele também pediu que o Brasil estabeleça acordo fitossanitário com a Argélia para permitir a importação de gado vivo. Blairo determinou à Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio do Mapa que tome as providências para viabilizar o acordo.

Rebrad manifestou ainda a intenção de importar do mercado brasileiro grão de bico, lentilha e feijão branco. Para tanto, propôs que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) firme acordo com o governo argelino, a exemplo do que foi

assinado recentemente com a Índia, para desenvolver no Brasil espécies desses produtos já consumidas pela população daquele país.

Blairo solicitou o envio pela Argélia de germoplasmas para que a Embrapa apure se já não trabalha com os mesmos tipos de grão de bico, lentilha e feijão branco. Se a estatal brasileira ainda não tiver desenvolvido essas espécies, os dois governos deverão assinar o acordo. Caso contrário, bastará o Brasil ampliar a produção para atender o mercado do país africano.

Uma das maiores empresas da África, a Cevital é uma tradicional importadora de commodities agrícolas da Argélia. No país, ela está voltada principalmente à produção de hortaliças e frutas.

O secretário da Relações Internacionais do Agronegócio do Mapa, Odilson Ribeiro e Silva, acompanhou o ministro Blairo na audiência.

COP 22: Trump não pode impedir aplicação do acordo do clima, diz ministra francesa. O Globo, 09/11/2016.

Durante campanha, republicano prometeu anular acordo climático

MARRAKECH — O presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, "não pode impedir" a aplicação do acordo de Paris sobre o clima assinado no ano passado, apesar de suas declarações contrárias durante a campanha, afirmou nesta quarta-feira a ministra francesa do Meio Ambiente, Ségolène Royal.

"Até agora, 103 países ratificaram" o acordo. Donald Trump "não pode, diferentemente do que diz, anular o acordo de Paris", afirmou Royal, que presidiu as negociações internacionais sobre o clima até a abertura da COP-22 em Marrakesh na segunda-feira.

O acordo sobre o clima, que foi assinado durante a COP-21, em dezembro de 2015, e que entrou em vigor na última sexta-feira, prevê que os países que o ratificaram — entre eles os Estados Unidos — não poderão voltar atrás com seus compromissos durante quatro anos.

Durante sua campanha, Donald Trump anunciou sua intenção de anular o tratado.

BRF, JBS e Aurora negociam compra de milho dos EUA. Luiz Henrique Mendes. Valor Econômico, 10/11/2016.

Encerrado o prazo de 30 dias para contestação da decisão da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) que autorizou as importações de milho transgênico dos EUA, as três maiores indústrias de frangos e suínos do país - BRF, JBS e Aurora - negociam a primeira compra do cereal americano. Conforme uma fonte ouvida pelo Valor, as três companhias devem compartilhar os custos de frete para importar o cereal.

Segundo a agência Bloomberg, BRF, JBS e Aurora negociaram em conjunto a compra de 60 mil toneladas de milho dos EUA, o que seria a maior compra de milho americano feita por importadores do Brasil desde 1998. Segundo fonte ouvida pela agência, essa compra chegaria ao Brasil até dezembro e seria dividida igualmente entre as três indústrias.

No entanto, outra fonte próxima à indústria disse ao Valor que, apesar das tratativas, o acordo para a importação de milho dos EUA ainda não foi fechado. "O que tinha sido aventado e está sendo discutido é dividir o transporte", afirmou a mesma fonte, acrescentando que o compartilhamento de frete é uma prática comum no mercado. Em 2016, por exemplo, JBS, BRF e Aurora já compartilharam o frete de três compras de milho da Argentina.

De todo modo, JBS, BRF e Aurora precisam fechar o quanto antes a importação de milho dos EUA se quiserem aproveitar a isenção da cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) para a compra de até 1 milhão de toneladas de países de fora do Mercosul. A isenção, prorrogada pela Câmara de Comércio Exterior (Camex) em outubro, vence em dezembro.

Procurada, a JBS informou que avalia permanentemente "oportunidades econômicas que possam resultar na redução de custos e melhoria da competitividade, o que inclui a importação de insumos para melhorar a competitividade dos seus produtos". A BRF não comentou. Também procurada, a Aurora não quis se manifestar.

Para as indústrias produtoras das carne de frango e de suínos, importar o milho americano é mais uma forma de exercer uma pressão sobre as cotações do grão no mercado no Brasil,

que dispararam neste ano devido à quebra de safra. Nesse contexto, as indústrias já vinham ampliando as importações de milho do Mercosul.

De acordo com estimativa da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), o Brasil deve importar 2 milhões de toneladas de milho em 2016. No ano passado, foram menos de 500 mil toneladas, de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento (Secex/Mdic).

Ameaça protecionista de Trump preocupa, mas cenário é incerto. Fernando Lopes, Cleyton Vilarino e Luiz Henrique Mendes. Valor Econômico, 10/11/2016.

Donald Trump conversa com produtores rurais americanos durante a campanha eleitoral: forte apoio no Meio-Oeste Ainda que em um primeiro momento a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos tenha provocado arrepios no mercado financeiro e contaminado negativamente os preços das commodities, como reflexo de uma onda de aversão a risco, a real influência que o novo e controverso inquilino da Casa Branca terá sobre o setor de agronegócios no mundo e no Brasil no longo prazo é uma incógnita.

É difícil, porém, imaginar que nada vai mudar. Se há pouco espaço para guinadas nos rumos da política agrícola definidos pela "Farm Bill" americana - apesar de Trump ter acenado com queda de impostos rurais e, eventualmente, mais subsídios ao produtor "puro sangue" do Meio Oeste -, ou na estratégia para os biocombustíveis, ainda que os republicanos em geral defendam as energias renováveis, no comércio internacional os muros de Trump têm boas chances de se multiplicar.

"Nessa área ele vai mexer. Se caminhávamos para negociações cada vez mais baseadas em questões sanitárias [como a que levou à abertura do comércio bilateral de carne bovina in natura entre EUA e Brasil] certamente agora teremos o impacto de eventuais aberturas sobre a economia americana pesando muito mais na balança", afirma André Nassar, diretor da consultoria Agroicone e ex-secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura.

"Ainda precisamos ver se o personagem das eleições será ou não o presidente, mas uma onda protecionista pode até gerar problemas aos EUA. Uma onda como essa tende a

reduzir o comércio e pode gerar um desaquecimento econômico global com força para até para reduzir os preços das commodities agrícolas, ainda que os alimentos sofram menos nesse tipo de crise", diz Alexandre Mendonça de Barros, diretor da MB Agro, braço da MB Associados.

Um executivo de uma grande trading internacional, lembra, por exemplo, que se Trump cumprir a ameaça de rever o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) pode até criar mais espaço para as exportações brasileiras de carne de frango para o México, hoje abastecido pelos EUA, ou de suco de laranja para o próprio mercado americano, que tem comprado volumes expressivos sem tarifa de México, Costa Rica e Belize - o Brasil paga US\$ 415 por tonelada. "E tudo tem limite no mundo contemporâneo. Ele vai encontrar muita resistência para aprofundar o protecionismo dos EUA, que já existe em muitas áreas", diz Fabio Silveira, diretor da consultoria MacroSector

"O espaço que conquistamos na Ásia continuará sólido. A Rússia poderá reatar negociações com os EUA, mas manteremos nosso espaço para carne de aves e suínos pela excelência da sanidade dos nossos produtos. E poderemos avançar, especialmente considerando países como o México. Na avicultura, os EUA são os maiores produtores e nós os maiores exportadores do mundo. Nossa relação é de parceria, mesmo que nossos mercados não estejam abertos um para o outro", afirma Francisco Turra, presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e ex-ministro da Agricultura.

"Como o Trump tem um perfil protecionista, é a alta a chance de algum tipo de subsídio ser retomado para o algodão, por exemplo, até por conta da derrota que os EUA sofreram para o Brasil na OMC [Organização Mundial do Comércio] em razão do apoio que ofereciam aos cotonicultores", afirma Frederico Favacho, sócio do escritório Favacho, Massarente Silva Jr. Advogados. No que se refere ao arcabouço americano de ajudas ao setor rural, completa Alexandre Mendonça de Barros, em tese até a esvaziada política de preços mínimos estabelecidos por Washington poderá ser revigorada.

Dadas as incertezas, portanto, é temerário arriscar qualquer tendência de mudança para o comportamento dos preços agrícolas internacionais. É esperar para ver. "Na minha opinião, o mercado se acomoda. Tudo vai depender da transição entre os dois governos e

dos discursos que Trump fizer nesse período. Ainda assim, não é algo que mostre uma mudança efetiva de tendência e de patamar [para as cotações]", afirma Glaucio Monte, da FCStone. Ele lembra, de qualquer forma, que Trump conta com o apoio do setor agrícola americano e vai procurar mantê-lo.

Mapa debate transparência no diálogo com interlocutores internacionais da agropecuária. Site do MAPA, 11/11/2016.

Fórum reuniu adidos agrícolas de países como França, Itália, Alemanha e Argentina

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) realizou nesta sexta-feira (11), em Brasília, um fórum com adidos agrícolas de vários países para discutir melhorias no processo de interlocução internacional, que permitirão o avanço e a transparência nos processos da Secretaria de Defesa Agropecuária no contexto do Plano de Defesa Agropecuária (PDA).

Lançado em agosto deste ano pelo Mapa, o Agro+ vem dando importante contribuição ao PDA. O Agro+ é voltado à desburocratização, modernização e simplificação dos procedimentos relacionados ao agronegócio,

“Foram apresentadas as estratégias da Secretaria de Defesa Agropecuária para os próximos anos, que objetivam deixar mais transparentes os processos e os procedimentos do Mapa e reforçar o diálogo com os adidos agrícolas em exercício no Brasil”, disse o secretário de Defesa Agropecuária do Mapa, Luis Eduardo Pacifici Rangel.

Entre os participantes da reunião, estavam representantes das embaixadas da França, Itália, Alemanha e Argentina.

Os adidos agrícolas são representantes de embaixadas com sede no Brasil e tratam de assuntos de interesse da agropecuária.

Brasil busca acelerar negociações climáticas. Lucas Tolentino. Site do MMA, 11/11/2016.

País defende, na COP 22, medidas para que a regulamentação do Acordo de Paris sobre mudança do clima esteja pronta até 2018.

Na corrida contra os recordes de temperatura registrados mundo afora, o Brasil desempenhará papel de peso nas negociações diplomáticas que ocorrem na 22ª Conferência das Partes (COP 22), em Marrakech, Marrocos. Líder no cenário internacional, o país se concentra, agora, em definir pontos-chaves da regulamentação do Acordo de Paris sobre mudança do clima. A partir da próxima semana, quando começa o segmento de alto nível da cúpula, o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, chefiará a delegação brasileira no local.

Questões como financiamento de ações e transparência nas metas estão entre os principais pontos em pauta. O subsecretário-geral de Meio Ambiente do Itamaraty, embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho, declarou nesta sexta-feira (11/11) que o Brasil defenderá um trabalho célere de regulamentação do Acordo de Paris. “É fundamental que os trabalhos sejam concluídos dentro de dois anos”, defendeu. Segundo ele, ao longo desse período, será possível analisar os avanços do processo.

URGÊNCIA

Enquanto trabalham na regulamentação do Acordo, os negociadores também elaboram uma declaração para encorajar os governos de cada país a dar seguimento às ações de combate ao aquecimento global. O embaixador Marcondes explicou que o Brasil tem atuado junto à presidência marroquina da COP 22 na construção desse texto. “Será um chamamento no sentido da urgência do tema para que haja continuidade ao momento extremamente favorável trazido pelo Acordo de Paris”, adiantou.

Essa urgência, segundo ele, decorre das elevadas temperaturas registradas a cada ano por conta do aumento das emissões de gases de efeito estufa. “Vemos o tema com preocupação porque há impactos fortes na sociedade e na economia”, justificou o embaixador. Marcondes ressaltou que o Brasil tem dado atenção completa ao tema em ações como a validação em tempo recorde do Acordo de Paris pelo Congresso Nacional e as diversas políticas ambientais em curso.

SAIBA MAIS

Com o objetivo de firmar regras para estabelecer um modelo de desenvolvimento que não agrida o sistema climático, mais de 190 países concluíram o chamado Acordo de Paris em dezembro de 2015. Em menos de um ano, o documento entrou em vigor depois que mais de 55 dessas nações, responsáveis por pelo menos 55% das emissões globais, transformaram esse texto em leis nacionais.

Pelo Acordo, cada país tem metas específicas a cumprir para fazer a sua parte frente ao aquecimento global. Considerado um dos mais ambiciosos, o compromisso brasileiro é cortar 37% das emissões até 2025, com indicativo de reduzir 43% até 2030. Esse objetivo foi aprovado pelo Congresso Nacional em tempo recorde e já tem força de lei em território nacional.

Propostas para negociações agrícolas na OMC. Site da ABAG, 11/11/2016.

Brasília (11/11/2016) - A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA participou, nesta sexta-feira, 11 de novembro, de encontro do Grupo de Cairns, que reúne grande exportadores agrícolas para discutir propostas para negociações agrícolas na OMC. Além do Brasil, participaram do evento representantes do setor agrícola da Austrália, Nova Zelândia e Canadá. A mensagem central deixada pelo setor privado foi que as negociações agrícolas na OMC devem continuar nos três pilares previstos na Rodada de Doha: Acesso a mercados, Apoio Doméstico e Competição nas Exportações. Além disso, um forte apelo foi feito para que os Membros se comprometam com entregas concretas para a 11ª Ministerial da OMC, que acontecerá em Buenos Aires em 2017.

CAIRNS

O Grupo de Cairns é uma organização composta por 19 países: Argentina, Austrália, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Paquistão, Paraguai, Peru, Filipinas, África do Sul, Tailândia e Uruguai. Juntos, os países-membros são responsáveis por mais de 25% das exportações mundiais de produtos agrícolas.

Formado em 1996, na cidade de Cairns, Austrália, este grupo de países exportadores de produtos agropecuários objetivam liberação do comércio no setor.

Brasil na Plataforma para o Biofuturo da COP 22. Site do MMA, 14/11/2016.

Nesta quarta (16), ministro Sarney Filho lança projeto com outros 13 países.

O Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, abre nesta quarta-feira (16/11), na Conferência do Clima (COP-22) em Marrakech, o side-event de lançamento do Plataforma para o Biofuturo. A iniciativa reúne 13 países da América do Sul, Europa e Ásia na busca de soluções para reduzir o volume de emissões de gases responsáveis pelo aquecimento global no setor de transportes.

Os biocombustíveis avançados podem reduzir em até 90% a contribuição do setor para o agravamento do efeito estufa, que é de 23% do total. O Brasil, um dos signatários do compromisso assinado na Rio +20 como parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), é um dos países mais avançados na substituição de combustíveis fósseis por biocombustíveis.

A abertura do evento conta ainda com a participação do ministro da Agricultura e Abastecimento, Blairo Maggi, chefes de delegações e representantes de alto-nível dos países parceiros da Plataforma.

Trump busca alternativas para acelerar saída do Acordo de Paris. O Globo, 14/11/2016.

Fonte da equipe de transição diz que novo governo não pretende esperar pelo prazo de quatro anos indicado no pacto

WASHINGTON — O presidente americano eleito, Donald Trump, está buscando formas para agilizar a saída dos EUA do Acordo de Paris, informaram fontes da equipe de transição para a agência Reuters. Reunidos em Marrocos para a 22ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, representantes de quase 200 países reafirmaram seus compromissos no combate às emissões de carbono, apesar do posicionamento do novo líder da maior potência mundial.

Durante a campanha presidencial, Trump classificou o aquecimento global como uma “farsa” inventada para frear o crescimento americano. Pelos termos do Acordo de Paris, os países signatários se comprometeram pelos próximos quatro anos. O atual presidente

americano, Barack Obama, ratificou o documento em setembro em cerimônia conjunta com o presidente chinês, Xi Jinping, e o acordo passou a vigorar no dia 4 de novembro, quatro dias antes das eleições.

— Foi uma imprudência o Acordo de Paris entrar em vigor antes das eleições — disse a fonte que trabalha no time de transição para energia e políticas sobre o clima, sob condição de anonimato.

No domingo, o atual secretário de estado americano, John Kerry, afirmou que a administração Obama fará todo o esforço possível para implementar o Acordo de Paris antes que Trump assuma. De acordo com o artigo 28 do documento, qualquer país que quiser abandonar o compromisso teria que esperar por quatro anos. Em teoria, seria o dia 4 de novembro de 2020, perto da próxima eleição americana.

De acordo com a fonte, a administração Trump está avaliando alternativas para acelerar a saída do pacto. Uma delas seria enviar uma carta anunciando a saída do país da Convenção Quadro sobre as Mudanças Climáticas de 1992, assinada no Rio de Janeiro, que deu origem ao Tratado de Kyoto e, posteriormente, ao documento de Paris. Outra alternativa seria simplesmente emitir uma ordem presidencial invalidando a ratificação americana ao acordo.

A saída dos EUA da convenção quadro sobre as mudanças climáticas (UNFCCC) seria controversa, até porque ela foi assinada pelo ex-presidente George H. W. Bush, também republicano, e aprovado pelo Congresso. A UNFCCC define como objetivo evitar os danos provocados no clima global pelo homem, já o Acordo de Paris é mais explícito com metas de cortes de emissões de gases do efeito estufa para limitar o aquecimento do planeta em 2 graus Celsius.

O Acordo de Paris foi assinado por 195 países em dezembro do ano passado e, até o momento, 109 países, responsáveis por 76% das emissões globais, já o ratificaram, incluindo os EUA, que respondem sozinhos por 18% das emissões globais. Durante a conferência que acontece em Marrocos até o próximo dia 18, líderes globais expressaram suas preocupações sobre a posição do novo governo americano, mas acreditam que a implementação dos compromissos independem dos EUA.

— A saída de um país não coloca o acordo em questão — disse Salaheddine Mezouar, ministro de Relações Exteriores do Marrocos.

A chefe das Nações Unidas para mudanças climáticas, Patricia Espinosa, preferiu não comentar a posição externada pela fonte da equipe de transição de Trump, dizendo apenas que espera uma relação forte e construtiva com a nova administração americana.

De acordo com a fonte, a equipe do novo governo está ciente da repercussão negativa para a imagem do país caso Trump decida abandonar o acordo. Contudo, os congressistas republicanos já vinham alertando que uma administração do partido tentaria reverter a participação dos EUA no pacto.

— O Partido Republicano, em múltiplas ocasiões, enviou sinais para a comunidade internacional de que não concordava com o pacto — disse a fonte, que culpa Obama pelo imbróglio, já que o acordo foi assinado por ordem executiva, sem aprovação pelo Senado.
— Não haveria essa questão diplomática na agenda internacional se Obama não tivesse apressado a adoção.

Presidente da França pede que Trump respeite o Acordo de Paris. O Globo, 15/11/2016.

Líderes reunidos na COP22 temem pelas políticas do próximo presidente dos EUA

MARRAKECH — O presidente da França, François Hollande, fez nesta terça-feira um pedido para que o presidente eleito dos EUA, Donald Trump, respeite o Acordo de Paris, que visa limitar o aquecimento do planeta em 2 graus Celsius em relação ao período pré-industrial. Segundo Hollande, o acordo é irreversível e a inação pode levar a cenários desastrosos.

— Os Estados Unidos, a maior potência econômica do mundo, e segundo maior emissor de gases-estufa, deve respeitar os compromissos que assumiu — disse Hollande, recebendo o aplauso dos cerca de 80 chefes de Estado que participam nesta terça-feira da Conferência das Nações Unidas sobre o Clima (COP 22), que acontece até o dia 18 em Marrakech, no Marrocos.

Durante a campanha presidencial, Trump classificou as mudanças climáticas como uma “farsa”, e prometeu retirar o país do acordo. Hollande, um dos arquitetos do tratado firmado em dezembro passado, em Paris, afirmou que trabalhará com Trump e que o

acordo interessa o povo americano, assim como as companhias e cidades americanas que tentam combater as mudanças climáticas.

— A inação seria desastrosa para o mundo — disse Hollande. — Seria desastrosa para as futuras gerações e seria um perigo para a paz.

CNA acompanha negociações do clima na COP-22. Site do CNA, 16/11/2016.

Encerra-se na próxima sexta (18) a Conferência do Clima (COP22), que ocorre em Marrakech, no Marrocos, com a finalidade de discutir as normas de implementação do "Acordo de Paris", estabelecido na COP21, no final de 2015. O setor agrícola acompanha com atenção as negociações, embora tudo indique que as regras de implementação não serão finalizadas nesta Conferência.

A presença de representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e do Ministério da Agricultura é importante, visto que as ONGs têm defendido que as metas nacionais do Brasil devem ser ampliadas, o que o setor agropecuário vê com preocupação já que a maior parte das responsabilidades, assumidas pelo Brasil em Paris, são extremamente onerosas ao país, e deverão, se mantidas, custar mais de US\$ 60 bilhões, sem que haja notícia de onde viriam esses recursos.

Um dos temas de importância ao setor é a questão relacionada ao fato de que o governo está propondo que as iniciativas de combate ao desmatamento e o desmatamento evitado não gerem créditos de carbono, o que divide opiniões e pode ser prejudicial ao setor agropecuário.

De outro lado, o Ministério da Agricultura defende de que os produtores brasileiros recebam compensação pelas conservação das áreas de reserva legal e de preservação permanente, ao contrário dos demais países, onde não há restrição ao uso agrícola dessas áreas. A CNA entende que essa discussão, tendo em vista que não haverá nenhuma decisão sobre esse assunto nesta COP, devem continuar no próximo ano no Brasil, inclusive no Congresso Nacional, de modo que se chegue a uma decisão de posicionamento que atenda aos interesses nacionais, bem como os do setor agropecuário.

**Brasil teve reconhecimento em conferência e avança em novas ações de preservação.
Site do MAPA, 18/11/2016.**

Secretária do Clima da ONU admitiu importância de políticas do país

Ao fazer balanço sobre a participação do Brasil na Conferência do Clima (COP22), que se encerra nesta sexta-feira (18), em Marrakech, no Marrocos, o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Blairo Maggi, avaliou que os esforços do país para a preservação do meio ambiente foram reconhecidos e adiantou avanços na pesquisa para uso de bactérias na fixação de nitrogênio em gramíneas, utilizadas como pastagens. O objetivo é substituir os adubos hidrogenados nesse plantio.

O ministro demonstrou satisfação ao ouvir “de lideranças e de personalidades importantes, como a secretária do Clima da ONU, Patrícia Cantellano, o reconhecimento da importância das políticas da produção agrícola no Brasil”. Maggi lembrou que o Código Florestal foi muito criticado, na época da aprovação, em 2012, mas “hoje muitos outros governos desejam ter uma legislação ambiental como a do Brasil e não conseguem fazer”.

Substituição do adubo

“Vamos nos esforçar muito, por meio da Embrapa, nas pesquisas que estão sendo feitas, com sinais positivos, para uso de bactérias na fixação de nitrogênio em gramíneas, como já temos em cem por cento do plantio da soja”, destacou Maggi. A meta, segundo o ministro, é diminuir entre 30% e 50% a aplicação de nitrogênio nas gramíneas. Para ele, isso seria um grande avanço para a agricultura brasileira e do mundo.

Maggi observou que o país teria mais informações a mostrar na COP22 do que o que foi apresentado nesses dias. “Por exemplo, o Brasil é líder mundial no recolhimento de embalagens de agrotóxicos. De tudo que levamos para o campo, 97% trazemos de volta. Quando olho os números da França ou de outros países, veja que são incrivelmente menores.” E prometeu que o Ministério da Agricultura apresentará, em pouco tempo, o resultado de outras atividades da agricultura brasileira, “ainda não colocadas com o crédito que é merecido”.

“Com toda a certeza, posso dizer o seguinte: se os demais países fizessem o que o Brasil já faz na área de preservação de águas, de solo, de reserva legal e de áreas de preservação permanente, o mundo seria bem diferente”, avaliou Maggi.

Acordo com UE daria renda extra de R\$ 50 bi para agricultura do Mercosul. Jamil Chade. O Estado de São Paulo, 30/11/2016.

Estudo oficial da Comissão Europeia indica que bloco sul-americano teria salto com acordo comercial com Bruxelas

GENEBRA - As exportações do Mercosul para a Europa poderiam aumentar em 14 bilhões de euros (R\$ 50,3 bilhões) em dez anos, graças a um acordo comercial entre as duas regiões. Os dados foram publicados pela própria Comissão Europeia que, em um estudo sobre o impacto dos tratados que negocia, revela que o Mercosul seria o bloco que mais ganharia em termos de vendas de bens agrícolas.

O estudo foi preparado para informar aos governos do bloco europeu sobre as consequências de doze tratados bilaterais e regionais que Bruxelas está negociando com diversos parceiros, entre eles o Mercosul. O levantamento foi solicitado por governos, liderado pela França, que querem uma interrupção de qualquer iniciativa que possa significar a abertura de seu mercado para a concorrência externa no setor agrícola.

O processo negociador entre os dois blocos foi relançado em outubro, depois de 12 anos parado

O estudo, apesar de apontar para os benefícios ao Mercosul, revela que a Europa teria importantes ganhos em praticamente todas as negociações que está implicada, inclusive no setor agrícola.

A estimativa aponta que, até 2025, os europeus ampliariam em 29 bilhões de euros suas compras de produtos agrícolas de países envolvidos em acordos comerciais com Bruxelas. Metade viria do Mercosul, mesmo com um tratado modesto e sem amplos cortes.

No total, isso representaria um salto em 24% nas exportações do Cone Sul para o mercado europeu. No caso de um pacote ambicioso de liberalização, o total de ganhos para o Mercosul chegaria a 18 bilhões de euros.

Os ganhos do bloco sul-americano com um acordo, na estimativa dos próprios europeus, seriam quase três vezes maiores do que os americanos poderiam obter no setor agrícola com um eventual tratado de comércio com a UE. Segundo as estimativas oficiais de

Bruxelas, os exportadores dos EUA registrariam um incremento em 4,8 bilhões de euros em vendas até 2025.

Um dos principais ganhos viria do setor de carnes. No segmento de produtos bovinos, o estudo da UE estima que "mais de 80% do aumento de importações viria do Mercosul". "A balança de comércio se deteriorará profundamente", admitiu a Comissão Europeia. O aumento em vendas para o bloco do Cone Sul seria de pelo menos 1,4 bilhão de euros.

Outros 900 milhões de euros ainda seriam gerados no aumento de espaço para a carne suína e frangos do Mercosul no mercado europeu.

Entre os diversos setores avaliados, o estudo também indica que mesmo uma abertura limitada da economia da UE garantiria um aumento de vendas para o Brasil de 340 milhões de euros em açúcar.

O processo negociador entre os dois blocos foi relançado em outubro, depois de 12 anos parado. O governo brasileiro acredita que serão necessários dois anos para concluir um eventual acordo.

Mas a resistência será forte. Nesta quarta-feira, por conta dos resultados do estudo da UE, as Cooperativas Agrícolas da Europa anunciaram que vão se opor a uma abertura ao Mercosul. "O setor de carnes garante renda para 2,5 milhões de famílias pela Europa", disse Jean Pierre Fleury, o presidente das cooperativas, Copa & Cogeca, lembrando que o setor movimenta 30 bilhões de euros. "Isso precisa ser preservado", insistiu.

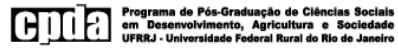
Segundo ele, o estudo da Comissão "confirma o impacto catastrófico" que teria um acordo comercial da Europa com o Mercosul. "Acreditamos que um acordo como esse pode afetar severamente o setor europeu", disse.

Em 2015, as exportações brasileiras para a UE alcançaram US\$ 33,9 bilhões, 19,3% menos que no ano anterior. A participação da União Europeia nas exportações nacionais também caiu de 18,7%, em 2014, para 17,8%, em 2015.

Coordenador
Sergio Leite



Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búriço, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior



Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214
Fax: 21 2224 8577 - r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa